



DO PORTO À MODERNIDADE: IMPACTOS DAS REFORMAS URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE A PARTIR DO SÉCULO XX (ST 09)

Rebeca Falcão dos Santos Melo França

Universidade Federal da Paraíba | rebecafdsm@hotmail.com

Renato Araújo

Universidade Federal de Pernambuco | regis.pinheiro@ufpe.br

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: Os berços históricos das cidades brasileiras foram cenários de inúmeras transformações sociais, econômicas, políticas e históricas. Acompanhando o crescimento progressivo da capital pernambucana, desde uma vila portuária, até tornar-se a cidade com melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Nordeste, o bairro do Recife, atualmente é um dos maiores acervos do patrimônio histórico do município. Em paralelo à sua importância simbólica, o mesmo foi palco de diferentes projetos e intervenções que mudaram significativamente a sua morfologia e, também, as dinâmicas sociais envolvendo seus usuários. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir sobre as transformações ocorridas a partir do século XX, com foco nas reformas urbanas e seus impactos no patrimônio urbano do bairro do Recife. Compreendendo a essencialidade do planejamento urbano aliada a integração entre renovação urbana e preservação histórica.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Recife Antigo; Patrimônio urbano.

FROM PORTO TO MODERNITY: IMPACTS OF URBAN REFORMS IN THE NEIGHBORHOOD OF RECIFE FROM THE 20TH CENTURY

Abstract: *The historical cradles of Brazilian cities have been the backdrop for numerous social, economic, political, and historical transformations. Tracking the progressive growth of Pernambuco's capital, from a port village to becoming the city with the highest Human Development Index in the Northeast, the Recife neighborhood is currently one of the largest repositories of historical heritage in the municipality. Alongside its symbolic importance, it has also been the stage for various projects and interventions that have significantly altered its morphology and the social dynamics of its users. This study aims to discuss the transformations that have taken place since the 20th century, focusing on urban reforms and their impacts on the urban heritage of the Recife neighborhood, emphasizing the importance of urban planning and the integration between urban renewal and historical preservation.*

Keywords: *Urban Planning; Recife Antigo; Urban Heritage.*

DE OPORTO A LA MODERNIDAD: IMPACTOS DE LAS REFORMAS URBANAS EN EL BARRIO DE RECIFE DEL SIGLO XX

Resumen: *Los núcleos históricos de las ciudades brasileñas han sido escenarios de numerosas transformaciones sociales, económicas, políticas e históricas. Acompañando el crecimiento progresivo de la capital de Pernambuco, desde una aldea portuaria hasta convertirse en la ciudad con el mejor Índice de Desarrollo Humano del Nordeste, el barrio de Recife es actualmente uno de los mayores conjuntos de patrimonio histórico del municipio. Junto a su importancia simbólica, también ha sido el escenario de diversos proyectos e intervenciones que han alterado significativamente su morfología y las dinámicas sociales de sus usuarios. Este estudio tiene como objetivo discutir las transformaciones ocurridas a partir del siglo XX, con un enfoque en las reformas urbanas y sus impactos en el patrimonio urbano del barrio de Recife, destacando la importancia de la planificación urbana y la integración entre la renovación urbana y la preservación histórica.*

Palabras clave: *Planificación Urbana; Recife Antigo; Patrimonio Urbano.*

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea é resultado de transformações ao longo do tempo, influenciadas por diferentes fatores. Essas mudanças estão ligadas a ocupações territoriais, aspectos políticos, socioeconômicos, religiosos, e também a elementos como a agricultura e a disponibilidade de recursos hídricos, entre outros. Historicamente, observa-se que as cidades surgiram, em sua maioria, ao longo de pontos hídricos, começando como pequenas aldeias às margens dos rios. Com o crescimento populacional e o aumento das atividades comerciais, essas aldeias evoluíram, tornando-se cidades cada vez mais complexas (Gorski, 2010).

Com o crescimento e desenvolvimento das cidades, torna-se comum a elaboração de planos de intervenção e reforma voltados para a modernização e a adaptação às novas demandas sociais. Essas reformas se intensificaram principalmente após a urbanização acelerada que seguiu a Revolução Industrial (Hall, 2016). Compreender o surgimento das cidades, suas origens e transformações é essencial para analisarmos o cenário atual de nossos centros urbanos e os fenômenos que neles se manifestam. Esse entendimento dos processos históricos até o contexto contemporâneo permite uma percepção diacrônica, capaz de fundamentar a reinvenção das cidades no futuro.

Nesse contexto, o bairro do Recife se destaca como um exemplo significativo, integrando o berço histórico da capital pernambucana. De um pequeno povoado, evoluiu para se tornar a cidade nordestina com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano, segundo o IBGE (2017). Esse crescimento foi marcado por transformações significativas na sua estrutura urbana, com o bairro se consolidando como um importante centro histórico e cultural. Assim, o bairro reflete o impacto das reformas urbanas e as mudanças que acompanham o processo de modernização das cidades, revelando como as intervenções no passado moldaram o cenário urbano atual. Diante disso, surge a questão central deste artigo: como se deu o processo de reformas urbanas que transformaram a morfologia e as dinâmicas sociais do bairro do Recife ao longo dos anos?

Para tal, a metodologia deste trabalho foi composta por revisão bibliográfica e análise documental, buscando construir um retrato histórico sobre as reformas e permanências do patrimônio arquitetônico no bairro do Recife. A revisão bibliográfica foi fundamentada em fontes como livros, periódicos, artigos e sites, focando nas reformas realizadas no bairro a partir do século XX. Segundo Pádua (1996), esse processo de busca e investigação é essencial para a elaboração de novos conhecimentos, servindo como base para as discussões teóricas e metodológicas deste estudo.

A análise documental, por sua vez, complementa a pesquisa ao reunir e interpretar informações provenientes de diversos documentos, como notícias da época, mapas e fontes iconográficas. De acordo com Godoy (1995), essa técnica permite a compreensão profunda de registros primários e secundários, essenciais para entender a cronologia das intervenções no bairro. A combinação dessas abordagens possibilita uma análise detalhada das

transformações urbanísticas do Recife, refletindo sobre o impacto das reformas passadas e atuais na dinâmica social, econômica e no planejamento urbano da região.

Sendo assim, reflete-se aqui especificamente sobre o bairro do Recife e suas transformações ao longo da história, com foco nos impactos das reformas urbanas ocorridas a partir do século XX, período marcado pelo avanço do progresso e pela reconfiguração urbana. Este trabalho tem como objetivo analisar as reformas urbanas realizadas no bairro, investigando como essas intervenções moldaram sua morfologia, dinamizaram as relações sociais e influenciaram sua trajetória histórica, do porto às configurações modernas. Como apontam Vargas e Castilho (2015, p. 3): “Intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção”.

INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE: CONTEXTO

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a cidade do Recife teve sua origem por volta da terceira década do século XVI, quando Duarte Coelho, militar e administrador colonial português, tomou posse da capitania de Pernambuco. Na época, o local era apenas uma faixa de areia cercada por arrecifes, habitado por mareantes e pescadores. Contudo, devido às suas características físicas e geográficas favoráveis, passou a abrigar um porto estratégico para o escoamento das riquezas produzidas na colônia.

Por ser uma região portuária, o povoado se desenvolveu rapidamente, impulsionado pelas atividades comerciais, e foi oficialmente elevado à categoria de Vila do Recife em 1537. Com o crescimento da colônia no século XVII, o porto se tornou um dos mais movimentados da região, e a vila passou a ser reconhecida como cidade, o que trouxe consigo significativas mudanças nas dinâmicas urbanas. No século XIX, a cidade já exibia um tecido urbano adensado, com sua área original expandida três vezes e o Marco Zero, ponto inicial da cidade, consolidado como centro das transformações urbanas. Atualmente configura-se Centro Histórico, como afirma Vargas e Castilho (2015):

Aqui falaremos do centro histórico da capital pernambucana, o bairro do Recife, ou Recife antigo como muitos o chamam, “o conceito de centro histórico está associado à origem do núcleo urbano, conseqüentemente, à valorização do passado”, não desmerecendo o restante da cidade, como se nela não houvesse contribuições históricas (Vargas & Castilho, 2015, p. 2).

O bairro do Recife localiza-se no centro da cidade, conectado com os bairros de Santo Amaro, Santo Antônio e São José (Figura 1). Sua configuração atual, caracterizada por uma ilha, é o resultado de sucessivos aterros realizados ao longo do tempo, que transformaram as áreas alagadas e manguezais originais em um espaço urbano. Atualmente, o bairro é conhecido como Recife Antigo e abriga diversos marcos históricos e culturais, que são fundamentais para entender a trajetória da cidade e de Pernambuco. Entre esses marcos, encontram-se

edifícios e espaços que testemunham a evolução histórica do Recife, refletindo a riqueza cultural e a importância econômica da região ao longo dos séculos (IPHAN, 1998).

Figura 1: Ilha do Recife Antigo.



Fonte: Elaborado pelos autores. Base: Google Earth Pro.

Dentro desse contexto de transformação, em 1910, a prefeitura do Recife iniciou a reforma urbana do bairro, impulsionada pelas demandas do Brasil republicano. Este período foi marcado por crises econômicas e uma participação popular limitada, com apoio restrito à elite, que via no governo uma oportunidade de recuperar parte das perdas financeiras causadas pelo fim da escravidão. Para a elite comercial e financeira da época, era essencial que a reforma ocorresse para que o bairro se reinventasse e passasse a integrar o circuito mundial de cidades modernas, alinhadas aos padrões europeus, implantando o que havia de mais moderno e eficiente em termos urbanísticos (Recife, 2022).

Vale ressaltar que, assim como os estilos arquitetônicos, inovações tecnológicas, movimentos artísticos e outros aspectos no Brasil eram influenciados pela Europa, o planejamento e o projeto urbano também foram impactados por essas influências. A reforma urbana realizada por Haussmann em Paris, no século XIX, tornou-se uma referência adotada por gestores de cidades ao redor do mundo, sendo a reforma urbana do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906 outro exemplo no Brasil.

Segundo Widholzer (2007), essas correlações entre a reforma urbana da capital francesa e as influências em outras cidades ao redor do mundo sugerem uma forte presença da influência francesa no desenvolvimento urbano moderno brasileiro. A reforma não só modificou a morfologia urbana, como também, de acordo com Widholzer (2007), passou a representar

materialmente um projeto civilizador no espaço urbano. O moderno tornou-se visível nas grandes avenidas, no traçado das ruas, na desobstrução de quadras, e essas mudanças expressaram novas dinâmicas sociais e melhorias nas condições de salubridade.

A reforma de 1910 no bairro do Recife inspirada no modelo de Haussmann em Paris visava três principais objetivos, conforme publicado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): i) modernização do porto; ii) higienização e melhorias na salubridade; e iii) reforma urbanística. Segundo o IPHAN (2010), cerca de dois terços do bairro foram demolidos para viabilizar a abertura de avenidas monumentais, e os antigos sobrados coloniais deram lugar a edifícios de estilo eclético. A reforma procurou, portanto, valorizar esteticamente a área, com a renovação das fachadas, a ampliação do campo visual e a expansão dos lotes das principais vias, que seriam destinados à construção de edifícios imponentes.

Esse processo de transformação levou a um grande processo de elitização do bairro, com o objetivo de superar sua imagem colonial e promover elementos que reforçavam o ideal de civilidade e prosperidade da época. Essa elitização urbana está intimamente ligada ao processo de "gentrificação", que envolvia a expulsão (direta ou indireta) da população de menor poder aquisitivo das áreas que atraíam o interesse de órgãos públicos ou grupos sociais da elite. Isso resultou no aumento progressivo do custo de vida, forçando a população mais vulnerável a se mudar para áreas periféricas, como zonas portuárias, regiões próximas a fábricas e estações.

Segundo Sposito (1983) e Harvey (2014), a gentrificação tem sido observada em grandes cidades como Nova Iorque, Londres, Paris e Sidney, e gradualmente se espalhou para cidades ao redor do mundo, incluindo Recife. Dessa forma, é possível perceber a relação entre os interesses políticos e o planejamento urbano, que alteraram a forma de ocupação do espaço e, conseqüentemente, a rotina e a qualidade de vida dos cidadãos.

Entre 1912 e 1915, ocorreu uma alteração significativa no bairro, quando a antiga península foi rompida e transformada em ilha, devido à construção de um molhe (estrutura costeira) na altura da Fortaleza do Buraco. Esse evento gerou novas modificações no Bairro do Recife, consolidando o traçado urbano que persiste até hoje. No entanto, nem sempre o planejamento é suficiente para garantir a execução de projetos. Para Portas (2005), existe uma distinção entre o ato de planejar e a capacidade de efetivamente intervir. Um exemplo disso são as reformas no Bairro de Santo Antônio na década de 1940, que o consolidaram como o principal polo de comércio especializado e de luxo da cidade. Essas mudanças contribuíram para transformar o Bairro do Recife em uma área boêmia, frequentada por intelectuais, artistas, profissionais liberais e marinheiros, em meio à intensa vida noturna dos antigos sobrados, que foram transformados em boates, bares e cabarés, elementos que ajudaram a definir a identidade do lugar.

As mudanças ao longo do século XX resultaram na destruição de vários edifícios emblemáticos do Bairro do Recife e do Centro Histórico como um todo, incluindo casarões e igrejas. Portas (2005, p. 261) afirma que "a cidade patrimonial deixou de ser a regra, para ser

exceção”, caracterizando o século XX como um período de reformas e demolições em busca de uma cidade “moderna”. Entre as demolições no bairro, destaca-se a da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios (Figura 2), construída por negros e pardos em 1796 e demolida em 1972, sendo considerada o “último obstáculo” para a conclusão da Avenida Dantas Barreto (Goethe, 2015).

Figura 2: Obra de abertura da Avenida Dantas Barreto – vista área da cidade.



Fonte: Arquivo/DO/D. A Press. Brasil. Recife – PE, 1972.

A Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, embora tivesse conquistado o título de patrimônio histórico em 1971, foi alvo de uma proposta para que a Avenida Dantas Barreto a contornasse, ou que ao menos seu frontão fosse preservado. No entanto, durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), o presidente Emílio Médici, em 1972, decidiu retirar a igreja do livro de patrimônios, o que levou à sua demolição e ao possível esquecimento de sua existência. Juntamente com a igreja, foram demolidos, segundo o Diário de Pernambuco (2015), mais de 400 casarões e eliminadas onze ruas, abrindo espaço para a construção de um grande trecho de asfalto (Goethe, 2015).

Não há uma relação impositiva ou determinística entre o fato de um bem-estar registrado no Livro do Tombo e sua conservação ou manutenção de função ativa. No entanto, estar respaldado por leis e regulamentos que visam sua salvaguarda ajuda a evitar a vulnerabilidade dos bens do patrimônio histórico de uma população. A retirada da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Livro do Tombo, por exemplo, resultou na erradicação de

uma parte significativa da história e da identidade cultural do bairro, assim como da população recifense.

O impedimento de recuperar seus bens fez com que pequenos comerciantes, operários, artesãos, marinheiros e suas famílias fossem forçados a se deslocar para outras áreas, criando novos focos de miséria que os governantes da época acreditavam ser capazes de erradicar. Como consequência, apesar das grandes reformas, em poucos anos após os anos 1970, o bairro começou a passar por um processo de degradação e abandono, o que resultou no desaquecimento funcional da área.

Paralelamente, surgia no Brasil uma crescente preocupação com a preservação do passado e da memória histórica. No entanto, todo esse processo só começou a ser revertido por volta da década de 1990, quando passou a existir uma tendência de requalificação dos centros históricos. O bairro do Recife, então, transformou-se em um polo institucional e de serviços, passando a abrigar bancos, empresas de importação e exportação, associações comerciais e firmas de crédito. Esse movimento resultou no reconhecimento do bairro como monumento nacional, devido à sua diversidade de estilos arquitetônicos e à importância histórica e cultural que passou a representar.

A referência mencionada está conectada ao conceito de revitalização urbana e à preservação de espaços históricos, que, ao serem renovados, mantêm sua relevância enquanto parte da memória coletiva e identidade local. No entanto, é importante frisar que essa renovação deve ser feita com sensibilidade, respeitando o contexto histórico e as especificidades do espaço, sem transformá-lo em algo estático ou exclusivamente museológico.

O planejamento urbano moderno surgiu no século XIX, com o objetivo de resolver os problemas habitacionais gerados pela rápida expansão populacional. No entanto, os reflexos da vida urbana resultaram em áreas que impactaram tanto a funcionalidade dos cidadãos quanto à composição da paisagem urbana. São essas áreas "invisíveis" que frequentemente se tornam vulneráveis a reformas radicais, sem a devida aplicação de um planejamento estratégico coerente. A falta de uma abordagem como um "Mapa de Danos" ou estudos que valorizem os bens culturais pode levar à obsolescência funcional de espaços com valor histórico.

Em relação ao bairro do Recife, embora já existam discussões sobre a preservação do patrimônio urbano e de seus edifícios, observa-se uma certa negligência com a conservação do patrimônio arquitetônico e histórico local. Esse descuido não resulta apenas no esquecimento ou na falta de reconhecimento dessas edificações, mas, como afirma Portas (2005), também contribui para o processo de transformação do solo.

Segundo Maricato (2016), isso reflete uma aplicação das leis conforme as circunstâncias e os interesses dos detentores do poder, além de dificultar o acesso à terra regular. Esse cenário levou à elaboração do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do

Recife (1978), que resultou na criação de uma legislação específica de preservação (Lei nº 13.957/97)¹, incorporada à Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade em 1983.

Figura 3: Vista superior do Marco Zero, Recife – PE



Fonte: Secretaria de Turismo e Lazer do Recife (2024).

Já em 2012, o Jornal do Comércio divulgou um novo projeto de intervenção urbana no bairro do Recife, focado na revitalização dos armazéns do Porto. Os antigos galpões, que estavam desocupados, seriam transformados em escritórios, lojas, bares e restaurantes, além de incluir o Cais de Santa Rita, que abrigaria um hotel-marina. Mais de 38.000 m² passaram por reformas, criando um complexo integrado que combina comércios, hotelaria e espaços para eventos e exposições. O projeto visava trazer benefícios econômicos e sociais para a cidade, estabelecendo marcos importantes, como o Museu Cais do Sertão e o Centro de Artesanato de Pernambuco, além de preservar e restaurar ícones históricos ao redor da Praça do Marco Zero (figura 3).

Em 2021, a prefeitura do Recife lançou o programa de revitalização do centro da cidade, denominado "Recentro", com o objetivo de integrar o comércio local com atividades tecnológicas e culturais. O programa visa fortalecer a vocação do centro para inovação e tecnologia, oferecendo um pacote de benefícios e incentivos fiscais, além de realizar obras de infraestrutura, como a instalação de iluminação LED em toda a área e a recuperação do Mercado de São José, além de impulsionar a revitalização do Pátio de São Pedro (Recife, 2022). Dessa forma, busca-se promover o uso da área histórica do bairro do Recife, ao mesmo tempo em que se propõem novas abordagens no planejamento urbano, equilibrando o desenvolvimento da infraestrutura moderna com a preservação das características históricas e culturais do local.

OS NOVOS RUMOS PARA O BAIRRO DO RECIFE

É difícil perceber e compreender os abandonos em áreas urbanas em sua completude, principalmente quando se coloca em prioridade a perspectiva capitalista frente à preservação patrimonial e histórico-cultural. A valoração do mercado muitas vezes sobrepõe a obsolescência e inatividade de áreas históricas, ofuscando a reflexão de que há um abandono a se discutir. No contexto do planejamento urbano tradicional é comum o foco ser no crescimento e não no abandono das áreas e equipamentos da cidade.

Ao estudar áreas e equipamentos que fazem parte da origem e do crescimento de uma população, lidamos diretamente com o valor histórico e cultural desses locais. Nos estudos sobre memória coletiva, Halbwachs (1990, p. 143) afirma que "o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra". Isso ressalta a importância das memórias e do processo histórico para uma sociedade, destacando como o espaço e suas transformações guardam a história e as vivências de um povo, Foucault contribui afirmando que:

a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (Foucault, 1926-1984, p.15).

Como afirma Portas (2005, p. 182), "tão perigoso quanto a política do abandono do existente à sua 'sorte', é a política exclusiva de renovação (...) que, além dos aspectos patrimoniais e sociais, vê na reabilitação uma arma contra o capitalismo imobiliário, que sobrevive à custa do aumento artificial da oferta e da transformação do solo rústico e barato em urbano e caro". Nos últimos anos, percebe-se uma crescente discussão sobre áreas históricas, impulsionada por planejadores urbanos, gestores e, principalmente, pesquisadores da área.

Esses espaços, antes vistos como ociosos e sem vida, passaram a ser reconsiderados em um novo contexto de intervenção urbana. Dependendo da abordagem adotada, esses locais têm se mostrado pontos cruciais no desenvolvimento das cidades, com grande potencial para revitalização e aproveitamento de seu valor histórico e cultural, para Pinto, L. C. (2015). "O Recife Antigo: entre a preservação e a modernização."

O site Marco Zero destaca que permanecem evidentes os vestígios da "relação promíscua entre interesses privados e o governo", enfatizando o desrespeito à legislação e à falta de conformidade com as normas, tudo isso em consonância com os interesses do capital. Esse processo resultou não apenas na elitização, mas também na gentrificação do bairro, uma vez que a luta desigual levou à expulsão das populações mais vulneráveis, que foram forçadas a abandonar suas casas antes mesmo das demolições.

Nesse contexto, Portas (2005) destaca a importância de considerar as pessoas durante o processo de intervenção urbana, ressaltando que a transformação dos espaços urbanos não pode ser feita sem levar em conta os impactos sociais e a preservação das identidades locais:

mais importante que as “pedras” são as “pessoas” – um capital social que se articula com o capital edificado através de complexas relações econômicas, jurídicas ou afetivas – o que significa que esta dimensão do problema escapa quase sempre ao “planejamento urbano” tradicional e remete para ações que não têm sede única nem clara e para quais os municípios se encontram ainda mal equipados: segurança social, educação, animação cultural, inquilinato, emprego, etc. (Portas, 2005, p. 175).

O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) de Portugal (Decreto nº 206, 2009) reforça a importância de uma abordagem equilibrada entre preservação e modernização. Apesar de ser aplicado no contexto português, ele serve como um exemplo relevante para o Brasil, pois defende que a reabilitação de áreas urbanas deve priorizar não apenas a estética ou funcionalidade, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores e usuários desses espaços. Isso implica na criação de soluções adaptadas às necessidades locais, respeitando os valores históricos e culturais, e garantindo que esses espaços continuem a ser vividos de maneira dinâmica e produtiva.

a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna (RJRU, 2009).

Portas (2005) destaca que as cidades necessitam de constante renovação estrutural para manter sua vitalidade. Nesse processo, é essencial que espaços antigos não sejam simplesmente descartados, mas sim transformados de maneira a se adaptarem às novas realidades sociais e urbanas. Essa abordagem evita a imposição de soluções padronizadas, promovendo um desenvolvimento sustentável que respeite a história e a identidade de cada local, criando um equilíbrio entre o passado e as necessidades contemporâneas.

No entanto, a discussão apresentada neste trabalho não é contra reformas em áreas antigas, mas sim a favor de um planejamento urbano criterioso e inclusivo, que considere as diferentes camadas e dinâmicas de cada território. Para que isso ocorra de forma equilibrada, diversas ferramentas podem ser utilizadas, como diretrizes internacionais e o envolvimento de entidades públicas e privadas. Exemplos disso são as Cartas Patrimoniais, que desempenham um papel crucial na definição de soluções equilibradas entre a preservação do patrimônio e as demandas de modernização. O objetivo deve ser requalificar os espaços urbanos, não apenas em termos físicos, mas também sociais, promovendo a integração e assegurando que as intervenções contribuam para uma cidade mais inclusiva e resiliente.

As Cartas Patrimoniais, enquanto documentos internacionais, orientam a proteção e a preservação do patrimônio cultural e histórico, influenciando diretamente como as nações abordam essa tarefa. Inicialmente voltadas para a proteção dos atributos monumentais, essas cartas passaram a abranger um espectro mais amplo ao longo do tempo, incluindo questões urbanísticas, hierarquia entre espaços e aspectos arqueológicos, como preservação, restauração e comercialização (Jokilehto, 2006). Esse movimento foi fundamental para o desenvolvimento de um setor que, por muito tempo, foi negligenciado.

A partir da década de 1960, o conceito de patrimônio ampliou-se para englobar não apenas edifícios, mas o próprio contexto urbano, considerando-o em sua totalidade como parte integrante do patrimônio cultural. As Cartas Patrimoniais, então, passaram a orientar regulamentações em níveis federal, estadual e municipal, com o objetivo de preservar a memória coletiva e individual das cidades (ICOMOS, 1964).

Ao abordarmos "intervenções urbanas" neste trabalho, estamos nos referindo a ações que visam transformar e revitalizar áreas consolidadas, levando em consideração todos os aspectos que compõem a dinâmica de uma cidade. Essas intervenções são necessárias para equilibrar o desenvolvimento urbano com as necessidades sociais e econômicas, e não se restringem à simples conservação do passado. Elas devem incorporar estratégias que promovam a funcionalidade, acessibilidade e sustentabilidade nos espaços públicos, assegurando que as áreas urbanas evoluam sem perder sua essência histórica.

É importante reconhecer que os espaços urbanos são sistemas complexos, interligados por múltiplos fatores e envolvendo diferentes atores e interesses. Nesse cenário, os usuários diretos, ou seja, aqueles que vivenciam diariamente o espaço urbano, são os mais impactados pelas intervenções, cujos resultados podem ser positivos ou negativos, dependendo da coerência e eficácia das ações realizadas. Assim, é essencial que as intervenções urbanas atendam de forma equilibrada às demandas contemporâneas, conciliando o crescimento da cidade com a preservação de sua história e a inovação nas soluções urbanísticas.

DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES URBANAS

O Recife Antigo é um espaço que coloca o usuário em contato com uma paisagem histórica, carregada de potencial turístico, mas também capaz de atender a funções diversas. Quando essas funções são bem definidas e regulamentadas, o bairro se torna um local dinâmico, onde a diversidade de usos permite um fluxo contínuo de atividades, atendendo a públicos distintos e resgatando o valor histórico e cultural da área e seus componentes. Abrigando prédios históricos, museus, feiras de rua, armazéns e outros elementos que conferem vitalidade ao local. Apesar de estar profundamente enraizado como o berço histórico da cidade, o espaço tem o potencial de se adaptar às demandas contemporâneas, sem perder sua identidade única.

Portas (2005, p. 175) afirma que "a chave do êxito da intervenção urbana na cidade existente está na capacidade de conjugar diversos agentes e diversos níveis de atuação num processo

que é eminentemente horizontal". Ele complementa, destacando que "seja no próprio plano, ou seja, em planos parciais delimitados pelas oportunidades de intervenção, só possíveis quando se sabe o como, o quem e o quê" (Portas, 2005, p. 267). Para o autor:

intervenção na cidade existente entendemos o conjunto de programas e projetos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (atividades e serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitetônica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, atuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc. (PORTAS, 2005, p. 171).

Visando essas novas intervenções urbanas, Vargas e Castilho (2015, p. 46) afirmam que "no mundo contemporâneo, os centros são parte integrante das vitrines urbanas e devem sintetizar a sua 'boa e bela' imagem para garantir uma vantagem competitiva entre as cidades", mas também destacam que "grande parte das intervenções urbanas tem estado distante das demandas locais" (Vargas & Castilho, 2015, p. 47). Apesar dessa "necessidade" de posicionar os centros urbanos como vitrines para a competição global entre as cidades, as intervenções urbanas que ali ocorrerem devem ser sensíveis às reais demandas locais, buscando, como mencionado anteriormente, essa integração entre o espaço urbano e a sociedade civil.

Como Portas (2005, p. 258) observa, "parecendo difícil encontrar, nas práticas urbanas, soluções estratégicas imaginativas mais viáveis que deixem uma esperança de que os dois termos — competitividade global e solidariedade local — possam andar juntos e reforçar-se mutuamente sem prejuízo ora de um ora de outro". Apesar da dificuldade em implementar esse equilíbrio, é essencial considerar as consequências sociais, diretas e indiretas, que uma intervenção urbanística pode acarretar. Assim, torna-se necessário o uso de um "planejamento estratégico", que é o processo que permite definir o melhor caminho a seguir para alcançar os objetivos propostos, sempre avaliando, como afirma Portas (2005), os efeitos que o projeto urbano trará para o restante da cidade.

As reformas urbanas no bairro do Recife, embora frequentemente apresentadas como esforços de revitalização, trouxeram consigo uma série de consequências marcadas por apagamentos e transformações que afetaram profundamente o patrimônio histórico e a dinâmica social do local. Desde os primeiros esforços de revitalização, essas intervenções transformaram significativamente o espaço, com destaque para obras de infraestrutura, conservação de edificações e a introdução de novos usos, como centros culturais, espaços comerciais e polos tecnológicos. No entanto, essas mudanças trouxeram consequências ambíguas. Por um lado, contribuíram para a dinamização econômica e cultural do bairro, reforçando sua relevância histórica e social. Por outro, resultaram em processos como a gentrificação, que afastaram antigos moradores e modificaram a composição social da região.

A requalificação de áreas e a reconfiguração de usos resultaram no esvaziamento de muitos edifícios, deixando-os ociosos ou relegados a funções desconectadas das necessidades locais, além de muitos prédios terem sido demolidos ou sofrerem intervenções que desconsideraram suas características originais. Essas intervenções, muitas vezes direcionadas por interesses econômicos e turísticos, preteriram a importância de preservar o valor histórico e cultural da área e os vínculos sociais dos antigos moradores e usuários. Como consequência, o bairro passou por um processo de descaracterização, enfraquecendo sua identidade e gerando um distanciamento entre o espaço urbano reconfigurado e a sociedade que o habita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões apresentadas, foi possível sintetizar os processos envolvidos nas reformas realizadas no bairro do Recife desde o início do século XX, destacando os impactos dessas intervenções tanto sobre os usuários quanto sobre o espaço urbano. A análise revela que, embora as reformas tenham sido promovidas com o intuito de modernizar e adaptar a área às novas necessidades urbanas, muitas vezes, elas não levaram em consideração a preservação da identidade cultural e histórica da região. A gestão do patrimônio urbano, que deveria ser uma responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, frequentemente ignora as necessidades e os direitos dos cidadãos, que acabam em uma posição vulnerável diante de decisões políticas que priorizam interesses econômicos e de especulação imobiliária.

As intervenções urbanas no bairro do Recife, embora tenham trazido benefícios pontuais, resultaram também em consequências profundas e muitas vezes negativas. A descaracterização arquitetônica, o apagamento de traços históricos e o esvaziamento funcional de edifícios são reflexos de um planejamento urbano que negligencia o valor simbólico e cultural dos espaços. Esse processo de modernização, em vez de promover inclusão, tem ampliado desigualdades sociais e econômicas, afastando a população local de suas raízes e enfraquecendo os vínculos com a identidade do bairro. Ao transformar a área em um centro voltado para o turismo e o consumo, as intervenções muitas vezes resultam em uma gentrificação que desloca os moradores originais, criando uma desconexão entre o espaço urbano e os habitantes que o tornaram significativo.

Esses problemas revelam a urgência de um planejamento urbano mais reflexivo e integrado, que priorize a preservação do patrimônio e a participação ativa da comunidade na construção das soluções. É necessário que as reformas urbanas sejam guiadas por regulamentações sólidas e que busquem um equilíbrio entre o desenvolvimento físico da cidade e a proteção de sua memória coletiva. No caso do bairro do Recife, onde tradição e modernidade coexistem, o verdadeiro desafio é promover intervenções que respeitem a autenticidade do lugar, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades contemporâneas, sem agravar a segregação ou ignorar as histórias de seus moradores. Dessa forma, o amadurecimento do

pensamento urbanístico e a adoção de práticas mais inclusivas podem contribuir para a construção de cidades que sejam, de fato, mais justas, inclusivas e culturalmente ricas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

GODOY, A. "Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais". **Revista de Administração de Empresas**. [S. l.], Vol. 26, N. 3, p. 20-29, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GOETHE, P. O martírio de uma igreja. **Diário de Pernambuco**, 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/02/26/o-martirio-de-uma-igreja/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GORSKI, M. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Veneza: UNESCO, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recife História & Fotos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/historico>. Acesso em: 12 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Rotas do Patrimônio: Recife - Bairro do Recife**. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/2_rota_patrimonio_bairro_do_recifepe.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, P. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JOKILEHTO, J. **The World Heritage: History and Management**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006.

Obras de revitalização dos armazéns do Porto do Recife começam em maio. **Jornal do Commercio**, 2012. Disponível em:

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/02/12/obras-de-revitalizacao-dos-armazens-do-porto-do-recife-comecam-em-maio-31938.php>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARCOZERO. **Bairro do Recife 100 anos depois**: História de vencidos e de esquecimento. Disponível em: https://marcozero.org/bairro-do_recife-100-anos-depois. Acesso em: 23 jun. 2022.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MELO JÚNIOR, S. **O movimento da desconfiança**: Mudanças na forma edificada após intervenções viárias – o caso da Via Mangue, Recife. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

PÁDUA, F. A. **A pesquisa em arquitetura**: métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

PORTAS, N. **Os tempos das formas**: A cidade feita e refeita. Guimarães: Universidade do Miño, 2005.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU)**. Lisboa: Diário da República, 1.ª série, N.º 170, 2009.

PREFEITURA DO RECIFE. **Histórico do bairro do Recife**. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/bairrodorecife>. Acesso em: 23. jun. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. **Recentro**: Prefeitura do Recife lança programa para revitalização do centro da cidade. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/11/2021/recentro-prefeitura-do-recife-lanca-programa-para-revitalizacao-do-centro-da>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SPOSITO, M. E. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1983.

TEIXEIRA, F. W. "Intervenções urbanas e a construção de uma imagem de cidade moderna no Recife de princípios do século XX". **Revista Memória em Rede**. [S. l.], Vol. 2, N. 7, p. 1-18, 2012. DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v4i7.9495>.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2015.

VILARES, E. "Back to the City: O discurso e as metodologias da Regeneração Urbana".

Cidades. [S. l.], N. 7, p. 100-109, 2003. Disponível em:

<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9180>.

WIDHOLZER, J. "Os projetos de reforma urbana e a cidade moderna". **BIBLOS**. [S. l.], V. 10, p.

153-158, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/500>.

¹ O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Bairro do Recife encontra-se inscrito no livro do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o n.º 119, datado de 15 de dezembro de 1998 e no livro do tomo de Belas Artes, sob o n.º 614, na mesma data (Processo 1168-T-85).